

# Poder econômico elegeu metade da Câmara

MARIA ISABEL FREITAS  
Da Editoria de Política

Sem risco de erro, a Assembléia Nacional Constituinte será instalada no dia 1º de fevereiro com aproximadamente cerca da metade dos seus 487 deputados eleitos comprometidos com os diversos lobbies já instalados no País para pressionar, basicamente, no que se refere ao capítulo da Ordem Econômica e Social da futura Constituição.

Desse total, mais de 100 deputados já concorreram à Câmara com seu mandato bancados por empresários, multinacionais e entidades de classes poderosas. Apenas cumprirão as determinações de seus chefes. O poder econômico chega à Constituinte, com um núcleo de força capaz de determinar o perfil da nova lei máxima do País de acordo com os interesses do capitalismo.

Segundo deputados da esquerda do PMDB, o quadro não poderia ser diferente uma vez que o Brasil é a oitava economia do mundo e um país onde os olhos dos investimentos internacionais estão voltados com certa overdose. O que causa preocupação entre os deputados que conseguiram se eleger apenas na base do grito e no ardor da campanha é o fato de que, à beira de uma nova Constituição, o Brasil se apresenta economicamente muito conservador. O máximo que pode acontecer, na versão deles, é uma nova Carta de conteúdo econômico com um caráter de reformismo

controlado.

O lobby funcionará, na Assembléia Nacional Constituinte, em outras palavras, pela manutenção do Conselho Monetário Nacional como órgão de última instância na esfera de decisão do governo. Como o CMN é um colegiado, sempre fica mais fácil ceder às áreas de influências mais poderosas, nas mãos dos empresários e das multinacionais.

Sob a alegação de que a nova Constituição deverá ter um texto "enxuto" e dar condições para a institucionalização plena da democracia, alguns deputados alegam que pelo menos no capítulo referente à Ordem Econômica e Social — o que permite a institucionalização dos diversos cambalachos impunemente vividos no País — a nova Carta deveria descer a detalhes básicos que não dessem margens a interpretações dúbias ou remendos por leis complementares influenciadas pelo poder econômico.

Nesse item, a reserva de mercado da informática e o processo da química fina, por exemplo, deveriam ser tratados como temas quase de interesse da segurança nacional, um exagero que no entender dos esquerdistas do PMDB deve ser entendido apenas como vício de linguagem.

## QUEM SÃO

Alguns desses parlamentares já estão identificados pela opinião pública. Com o empurrão de alguns milhões de cruzados, eles conseguiram se eleger como

constituintes e seus nomes percorrem o Congresso Nacional de boca em boca com certa dose de desprezo. Muitos desses novos deputados, no entanto, são respeitados entre seus novos colegas. Ou porque são "articulados" ou porque convencem facilmente através de bons discursos. Um deles é o deputado eleito Guilherme Afif Domingues (PL-SP), cuja campanha custou uma fortuna. No entanto, Afif é considerado "bom de conversa" e extremamente hábil no convencimento.

Os detentores de campanhas milionárias, que subentendem compromissos de vida ou de morte, não chegariam à Assembléia Constituinte se não tivessem sido cometidos tantos erros de origem. Além de ter sido convocada junto com as eleições para governadores, o que polarizou as campanhas, houve permissividade da legislação eleitoral que, após ser aprovada no Congresso, sofreu desvios pelo Tribunal Superior Eleitoral. A Constituinte chega, assim, bifacetada para sua instalação: de um lado pelo abuso do poder econômico e, de outro, pelo uso excessivo das máquinas administrativas em favor de determinados candidatos.

No Rio de Janeiro, por exemplo, são dois os casos que mais saltam aos olhos no que se refere ao comprometimento econômico. Os novos deputados Ronaldo Cesar Coelho, ex-presidente da Andima - Associação Nacional dos Dirli-

gentes de Empresas do Mercado Aberto, e dono do Banco Multiplic, gastou cerca de 10 milhões de dólares.

No Paraná, são apontados como eleitos através do poder econômico os deputados Maurício Nasser, dono do Consórcio Nasser, que gastou 6 milhões de dólares, e Bazílio Vilani, coincidentemente diretor do Bamerindus. O PMDB chega à Constituinte montado em um forte esquema de mandatos escalados pela influência do capital. Em Minas Gerais, para ficar só em um exemplo, chega à Câmara o deputado José Geraldo Ribeiro, eleito através de um conjunto das maiores empreiteiras do estado, com o apoio do governador Hélio Garcia.

Da Bahia para cima, ou seja, no Nordeste de modo geral, como se não bastasse o poder dos coronéis e dos generais aposentados, o poder econômico delitou e rolou. Um dos exemplos dados por parlamentares que se dizem livres desse tipo de pecado é o deputado Gilson Machado (PFL-PE) um "truculento" presidente do Sindicato dos Usineiros do estado. O PMDB da Bahia traz, para esta legislatura, nomes de parlamentares intimamente ligados a construtoras e donos de jornais.

As questões mais polêmicas que serão levantadas na Assembléia Nacional Constituinte, portanto, serão aquelas mais intimamente relacionadas aos setores econômico e social, pontos mais vulneráveis para a manutenção da economia nas mãos do capital estrangeiro e da classe empresarial. Porque as outras questões, como a harmonização dos poderes do Estado, as prerrogativas do Congresso Nacional e a dinamização do poder Judiciário são facilmente resolvidas através do consenso. Um ou outro ponto de vista mais inflamado poderá açalorar as discussões, mas nada impede que esses pontos sejam resolvidos de maneira civilizada e em busca da democratização plena do País, dizem os deputados esquerdistas. Entre esses pontos estão o papel das forças armadas, o direito de greve e a reforma agrária.